



## DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 32/2012

### LIVRE ACESSO E EXERCÍCIO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O X Governo Regional dos Açores, numa estratégia integrada de resposta aos desafios que a conjuntura nacional e internacional tem colocado aos decisores públicos regionais, tem procurado, também por via legislativa e regulamentar, estimular a dinamização do tecido económico regional na convicção de que, neste contexto, todos os impulsos à iniciativa privada podem garantir a criação de novas soluções que gerem mais emprego e mais riqueza para as nossas Ilhas.

Esta iniciativa, tem, pois, por primeiro objetivo, tornar possível investir mais, melhor e mais depressa um desafio que se coloca a todos e ao qual o Governo Regional dos Açores não vira, mais uma vez, as costas ao auxílio das Açorianas e aos Açorianos.

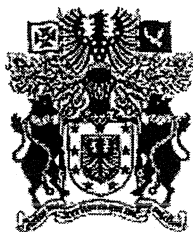
Esta é, também, mais uma das diversas iniciativas que o Governo Regional dos Açores tem vindo a concretizar de forma a motivar novas soluções, novas estratégias e novas parcerias entre setor público e setor privado, por forma a garantir a criação de mais emprego e mais riqueza na Região ajudando as nossas famílias e as nossas empresas.

É neste enquadramento que tomou forma uma necessária redução de encargos administrativos por via da eliminação de licenças, autorizações, vistorias e condicionamentos prévios para certas atividades, nomeadamente, as inseridas nos setores do comércio, serviços, armazenagem e restauração e bebidas.

Esta iniciativa simplifica o regime de exercício das atividades comerciais, disponibiliza toda a informação relevante para o exercício de diversos tipos de comércio, e reduz ou elimina uma forte carga burocrática, permitindo aos operadores económicos iniciarem a sua atividade mais rapidamente além de conseguir reduzir, mais uma vez, os custos de contexto da iniciativa privada, por forma a que os empreendedores açorianos possam garantir novas dinâmicas de investimento.

Foram ouvidas a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores e a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores.

Assim, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores decreta, nos termos dos artigos 227.º n.º 1, alínea a) e 112.º n.ºs 4 e 8 da Constituição da República



Portuguesa, e dos artigos 37.º n.º 1 e 40.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o seguinte:

## CAPÍTULO I

### Disposições gerais

#### Artigo 1.º

##### **Objeto**

O presente diploma estabelece o regime de acesso e exercício de atividades económicas na Região Autónoma dos Açores, transpondo a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno, a qual estabelece os princípios e regras necessários para simplificar o livre acesso e exercício das atividades de comércio e serviços.

#### Artigo 2.º

##### **Definições**

Para os efeitos referidos no presente diploma entende-se por:

- a) «Área de venda do estabelecimento», toda a área destinada a venda onde os compradores têm acesso ou os produtos se encontram expostos ou são preparados para entrega imediata, nela se incluindo a zona ocupada pelas caixas de saída e as zonas de circulação dos consumidores internas ao estabelecimento, nomeadamente as escadas de ligação entre os vários pisos;
- b) «Comércio por grosso», a atividade de venda ou revenda em quantidade a outros comerciantes, retalhistas ou grossistas, a industriais, a utilizadores institucionais e profissionais ou a intermediários de bens novos ou usados, sem transformação, tal como foram adquiridos, ou após a realização de algumas operações associadas ao comércio por grosso, como sejam a escolha, a classificação em lotes, o acondicionamento e o engarrafamento;



- c) «Comércio a retalho», a atividade de revenda ao consumidor final, incluindo profissionais e institucionais, de bens novos ou usados, tal como são adquiridos, ou após a realização de algumas operações associadas ao comércio a retalho, como a escolha, a classificação e o acondicionamento, desenvolvida em estabelecimentos e fora dos estabelecimentos, em feiras, mercados municipais, de modo ambulante, à distância, ao domicílio e através de máquinas automáticas;
- d) «Conjunto comercial», o empreendimento planeado e integrado, composto por um ou mais edifícios nos quais se encontra instalado um conjunto diversificado de estabelecimentos de comércio a retalho e ou de prestação de serviços, quer sejam ou não de propriedade ou explorados pela mesma entidade;
- e) «Empresa», qualquer entidade que exerça uma atividade económica que consista na oferta de bens ou serviços num determinado mercado, independentemente do seu estatuto jurídico e do modo de funcionamento;
- f) «Encerramento», a cessação do exercício de atividade;
- g) «Estabelecimento», a instalação, de carácter fixo e permanente, onde é exercida, exclusiva ou principalmente, de modo habitual e profissional, uma ou mais atividades económicas;
- h) «Estabelecimento de bebidas», os estabelecimentos destinados a prestar, mediante remuneração, serviços de bebidas e cafetaria no próprio estabelecimento ou fora dele;
- i) «Estabelecimento comercial», a instalação, de carácter fixo e permanente, onde é exercida, exclusiva ou principalmente, de modo habitual e profissional, uma ou mais atividades de comércio, por grosso ou a retalho, incluídas na secção G da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE);
- j) «Estabelecimento de comércio alimentar», o local onde se exerce exclusivamente uma atividade de comércio alimentar ou onde esta representa uma percentagem igual ou superior a 90% do respetivo volume total de vendas;



- k) «Estabelecimento de comércio misto», o local onde se exercem, em simultâneo, atividades de comércio alimentar e não alimentar e a que seja aplicável o disposto nas alíneas j) e l);
- l) «Estabelecimento de comércio não alimentar», o local onde se exerce exclusivamente uma atividade de comércio não alimentar ou onde esta representa uma percentagem igual ou superior a 90% do respetivo volume total de vendas;
- m) «Estabelecimento de restauração», os estabelecimentos destinados a prestar, mediante remuneração, serviços de alimentação e de bebidas no próprio estabelecimento ou fora dele, incluindo outros locais de prestação daqueles serviços através da atividade de *catering* e a oferta de serviços de banquetes ou outras, desde que habitualmente efetuados, entendendo -se como tal a execução de, pelo menos, 10 eventos anuais;
- n) «Gestor do procedimento», o técnico designado pela entidade coordenadora para efeitos de verificação da instrução do pedido de autorização e acompanhamento das várias etapas do processo, constituindo-se como interlocutor privilegiado do requerente;
- o) «Grossista», a pessoa singular ou coletiva que exerce, de modo habitual e profissional, a atividade de comércio por grosso;
- p) «Grupo», o conjunto de empresas que, embora juridicamente distintas, mantêm entre si laços de interdependência ou subordinação decorrentes da utilização da mesma insígnia ou os direitos ou poderes enumerados no n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de junho;
- q) «Instalação», a ação desenvolvida tendo em vista a abertura de um estabelecimento, com o objetivo de nele ser exercida uma atividade de restauração ou de bebidas, de comércio de bens ou de prestação de serviços, ou o funcionamento de um armazém;
- r) «Interlocutor responsável pelo projeto», a pessoa ou entidade designada pelo requerente para efeitos de demonstração de que o projeto se encontra em



- conformidade com a legislação aplicável e para o relacionamento com a entidade coordenadora e as demais entidades intervenientes no processo de autorização;
- s) «Modificação», alteração da área de venda, ou de armazenagem, de tipologia, a mudança de nome ou de insígnia, a alteração da entidade titular da exploração, a alteração do ramo de atividade, de restauração, ou de bebidas, de comércio de bens, ou de prestação de serviços;
- t) «Prestação de serviços de restauração ou de bebidas com caráter não sedentário», a prestação, mediante remuneração, de serviços de alimentação ou de bebidas em unidades móveis ou amovíveis (tais como tendas de mercado e veículos para venda ambulante) ou em instalações fixas onde se realizem menos de 10 eventos anuais;
- u) «Retalhista», a pessoa singular ou coletiva que exerce, de modo habitual e profissional, a atividade de comércio a retalho.

### Artigo 3.º

#### **Entidade coordenadora**

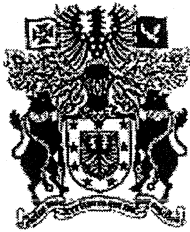
1. A coordenação do processo de autorização de instalação e de modificação cabe à direção regional com competência em matéria de comércio, designada por entidade coordenadora, a qual é considerada, para o efeito, o interlocutor único do requerente.
2. Para efeitos da coordenação referida no número anterior, o requerente deve identificar um interlocutor responsável pelo projeto e a entidade coordenadora deve designar um gestor do procedimento.

## CAPÍTULO II

### **Instalação, modificação e encerramento de estabelecimentos**

#### SECÇÃO I

#### **Regime geral**



Artigo 4.º

**Âmbito**

1. Ficam sujeitos ao regime de mera comunicação prévia a instalação e a modificação de estabelecimentos de restauração ou de bebidas, de comércio de bens, de prestação de serviços ou de armazenagem, bem como as respetivas secções acessórias, que exerçam as atividades elencadas no Anexo I do presente diploma, do qual faz parte integrante. 2.
2. Ficam igualmente sujeitos, exclusivamente, ao regime previsto no número anterior:
  - a) Os estabelecimentos de comércio a retalho que disponham de secções acessórias destinadas à realização de operações industriais, correspondentes às CAE (classificação portuguesa das atividades económicas) elencadas na Lista A do anexo II do presente diploma, do qual faz parte integrante, e que se enquadrem na alínea c) do número 1 do artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012, de 17 de janeiro;
  - b) Os estabelecimentos de restauração ou de bebidas que disponham de secções acessórias destinadas ao fabrico próprio de pastelaria, panificação, gelados e atividades industriais similares, ou que vendam produtos alimentares a que correspondam as CAE elencadas na lista B do anexo II do presente diploma, do qual faz parte integrante, e que se enquadrem na alínea c) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012, de 17 de janeiro.
3. O disposto no presente diploma não prejudica o regime especial do licenciamento das atividades de distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos.



4. Excecionam-se do regime previsto nos números 1 e 2 os estabelecimentos abrangidos pelo Capítulo II, os estabelecimentos e as cantinas, os refeitórios e os bares de entidades públicas, de empresas, de estabelecimentos de ensino e de associações sem fins lucrativos destinados a fornecer serviços de alimentação e de bebidas exclusivamente ao respetivo pessoal, alunos e associados, devendo este condicionamento ser devidamente publicitado.
5. Excecionam-se do regime previsto no número 2 as secções acessórias onde sejam realizadas operações industriais que utilizem matéria-prima de origem animal não transformada, cujos produtos não se destinem exclusivamente à venda ao consumidor final no próprio estabelecimento.

#### Artigo 5.º

#### **Instalação**

1. A instalação de um estabelecimento abrangido pelos números 1 e 2 do artigo 4.º está sujeita ao regime de mera comunicação prévia, obrigatoriamente efetuada pelo titular da exploração, ou por quem o represente, à entidade coordenadora e câmara municipal territorialmente competente.
2. A mera comunicação prévia consiste numa declaração que permite ao interessado proceder imediatamente à abertura do estabelecimento, à exploração do armazém ou ao início de atividade, consoante os casos, sem necessidade da emissão de outras licenças, autorizações, validações, autenticações, certificações, atos emitidos na sequência de comunicações prévias com prazo, registos, pagamento de taxas e outros atos permissivos.
3. Sem prejuízo de outros elementos, identificados em portaria dos membros do Governo Regional responsáveis pelas áreas da administração pública e da economia, a mera comunicação prévia referida nos números anteriores contém os seguintes dados:
  - a) A identificação do titular da exploração do estabelecimento, com menção do nome ou firma e do número de identificação fiscal;



- b) O endereço da sede da pessoa coletiva ou do empresário em nome individual;
  - c) O endereço do estabelecimento ou armazém e o respetivo nome ou insígnia;
  - d) A CAE das atividades que são desenvolvidas no estabelecimento, bem como outra informação relevante para a caracterização dessas atividades, designadamente a área de venda e de armazenagem do estabelecimento ou armazém, as secções acessórias existentes, o número de pessoas ao serviço, o tipo de localização e o método de venda;
  - e) A data de abertura ao público do estabelecimento ou de início de exploração do armazém;
  - f) A declaração do titular da exploração do estabelecimento de que tomou conhecimento das obrigações decorrentes da legislação identificada no anexo III do presente diploma, do qual faz parte integrante, e de que as cumpre integralmente.
4. O titular da exploração do estabelecimento é obrigado a manter atualizados todos os dados comunicados, devendo proceder a essa atualização no prazo máximo de 60 dias após a ocorrência de qualquer alteração, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
5. Está igualmente sujeita ao regime da mera comunicação prévia a modificação de um estabelecimento, abrangido pelos n.ºs 1 e 2 do artigo 4.º, decorrente da alteração do ramo de atividade.
6. O encerramento do estabelecimento deve ser comunicado no prazo máximo de 30 dias úteis após a sua ocorrência.

#### Artigo 6.º

##### **Comunicação prévia com prazo**

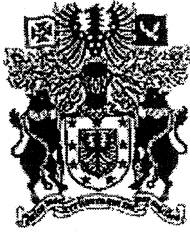
1. A instalação ou modificação de um estabelecimento fica sujeita ao regime de comunicação prévia com prazo, quando for requerida a dispensa de autorizações





prévias relativas a requisitos legais ou regulamentares obrigatoriamente aplicáveis às instalações, aos equipamentos e ao funcionamento das atividades económicas a exercer no estabelecimento.

2. A comunicação prévia com prazo consiste numa declaração, à entidade coordenadora e câmara municipal territorialmente competente, que permite ao interessado proceder à abertura do estabelecimento, à exploração do armazém ou ao início de atividade, consoante os casos, apenas, quando a autoridade administrativa emita despacho de deferimento ou quando esta não se pronuncie após o decurso do prazo de 20 dias úteis após a receção da declaração.
3. A apreciação da comunicação prevista nos números anteriores é da competência do Presidente da câmara municipal territorialmente competente.
4. A dispensa pode ser deferida desde que não se trate de condicionamentos legais ou regulamentares imperativos relativos à segurança contra incêndios, à saúde pública ou a operações de gestão de resíduos, nem de requisitos imperativos de higiene dos géneros alimentícios expressamente previstos nos Regulamentos (CE) n.ºs 852/2004 e 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril.
5. Constituem, nomeadamente, fundamento de deferimento da dispensa de requisitos:
  - a) O contributo para a requalificação ou revitalização da área circundante do edifício ou fração autónoma onde se instala o estabelecimento;
  - b) O contributo para a conservação do edifício ou fração autónoma onde se instala o estabelecimento;
  - c) Estar em curso ou a ser iniciado procedimento conducente à elaboração, revisão, retificação, alteração ou suspensão de instrumento de gestão territorial que não seja impeditivo do funcionamento, por prazo determinado, do estabelecimento;



- d) A estrita observância dos requisitos exigidos para as instalações e equipamentos afetar significativamente a rendibilidade ou as características arquitetónicas ou estruturais dos edifícios que estejam classificados como de interesse público regional ou municipal ou que possuam valor histórico arquitetónico, artístico ou cultural;
  - e) O facto de o estabelecimento estar integrado em conjunto comercial que já cumpra esses requisitos e isso aproveite ao estabelecimento.
6. Fica, ainda, sujeita ao regime da comunicação prévia com prazo a prestação de serviços de restauração ou de bebidas com carácter não sedentário, a realizar, nomeadamente:
- a) Em unidades móveis ou amovíveis localizadas em espaços públicos ou privados de acesso público;
  - b) Em instalações fixas nas quais ocorram menos de 10 eventos anuais;
  - c) Em unidades móveis ou amovíveis localizadas em feiras ou em espaços públicos autorizados para o exercício da venda ambulante.

## SECÇÃO II

### **Regimes conexos**

#### Artigo 7.º

#### **Regime das operações urbanísticas**

1. Sem prejuízo do disposto nesta secção, aplica-se o regime da mera comunicação prévia às operações urbanísticas referidas nas situações identificadas em portaria dos membros do Governo Regional responsáveis pelas áreas da administração local, da economia, do ambiente e do ordenamento do território.
2. Sempre que a instalação ou modificação de um estabelecimento abrangido pelos n.ºs 1 e 2 do artigo 4.º envolva a realização de obras sujeitas a controlo prévio, antes de efetuar a mera comunicação prévia ou a comunicação prévia com prazo,



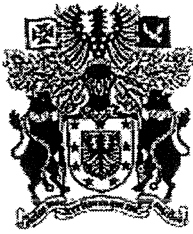
deve o interessado dar cumprimento ao regime jurídico da urbanização e edificação (RJUE).

3. No caso de se tratar de estabelecimento de restauração ou de bebidas que disponha de espaços ou salas destinados a dança ou onde habitualmente se dance ou que disponha de recinto de diversão provisório, deve ainda o interessado dar cumprimento ao regime previsto no Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, antes de efetuar a mera comunicação prévia.
4. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, quando o interessado na instalação de um estabelecimento necessitar de realizar operações urbanísticas sujeitas a comunicação prévia, nos termos do n.º 4 do artigo 4.º do RJUE, pode enviar o pedido e os documentos necessários para o efeito, nos termos a definir por portaria dos membros do Governo Regional responsáveis pelas áreas da administração local, da economia, do ambiente e do ordenamento do território.
5. A mera comunicação prévia permite ao interessado proceder imediatamente à realização da operação urbanística.

#### Artigo 8.º

##### **Regime da utilização de edifício ou de fração autónoma**

1. A utilização de um edifício ou de suas frações para efeitos de instalação de um estabelecimento e as respetivas alterações de uso devem ser solicitadas ao município respetivo.
2. O disposto no número anterior não prejudica a possibilidade de os municípios identificarem áreas geográficas onde seja possível alterar a utilização de um edifício ou de suas frações por mera comunicação prévia.
3. A mera comunicação prévia permite ao interessado proceder imediatamente à alteração de utilização de um edifício ou fração autónoma.



CAPÍTULO III  
**Regime de autorização prévia**

SECÇÃO I  
**Autorização de instalação e de modificação**

Artigo 9.º

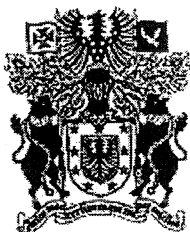
**Âmbito**

1. Estão abrangidos pelo presente capítulo a instalação e a modificação de estabelecimentos de comércio a retalho, isoladamente considerados, ou inseridos em conjuntos comerciais, que tenham uma área de venda igual ou superior a 1 500 m<sup>2</sup> nas ilhas de São Miguel e Terceira e a 500 m<sup>2</sup> nas restantes ilhas.
2. Nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo fica interdita a instalação ou a modificação de estabelecimentos de comércio a retalho, alimentar ou misto, que, cumulativamente, tenham uma área de venda superior a 500 m<sup>2</sup> e pertençam a uma mesma empresa ou a um mesmo grupo que disponha de uma área de venda acumulada, em funcionamento, igual ou superior a 10 000 m<sup>2</sup>.
3. O disposto no presente capítulo não é aplicável:
  - a) Aos estabelecimentos de comércio a retalho de veículos automóveis, motociclos, embarcações de recreio, tratores, máquinas e equipamentos agrícolas, bem como aos estabelecimentos em que são exercidas atividades de comércio a retalho que sejam objeto de regulamentação específica;
  - b) Aos estabelecimentos de comércio por grosso;
  - c) Aos conjuntos comerciais.

Artigo 10.º

**Regime Aplicável**

1. Está sujeita ao regime de autorização prévia a instalação dos estabelecimentos referidos no n.º 1 do artigo anterior.



2. Estão ainda sujeitas ao regime de autorização prévia as modificações dos estabelecimentos comerciais referidos no n.º 1 do artigo anterior que configurem:
  - a) Alteração da tipologia dos estabelecimentos;
  - b) Aumento da área de venda dos estabelecimentos.
3. Estão sujeitas a mera comunicação prévia as modificações dos estabelecimentos comerciais referidos no n.º 1 do artigo anterior que configurem:
  - a) Diminuição da área de venda dos estabelecimentos;
  - b) Alteração de insígnia ou do titular de exploração dos estabelecimentos;
  - c) Encerramento do estabelecimento.

#### Artigo 11.º

##### **Informação prévia de localização e declaração de impacte ambiental**

1. Para efeitos de instrução do processo de autorização de instalação e de modificação dos estabelecimentos comerciais, e desde que o mesmo implique uma operação urbanística sujeita a controlo prévio, os interessados devem solicitar à câmara municipal pedido de informação prévia sobre a conformidade do empreendimento na localização pretendida com os instrumentos de gestão territorial vigentes, nos termos dos artigos 14.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual.
2. No caso dos estabelecimentos comerciais abrangidos pelo regime jurídico de avaliação de impacte ambiental (AIA), a que se refere o Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, para além do disposto no número anterior, os interessados devem instruir o processo com declaração de impacte ambiental (DIA) favorável ou condicionalmente favorável, e no caso do procedimento de AIA ter decorrido em fase de estudo prévio, com o parecer relativo à conformidade do projeto de execução com a DIA.



3. Caso a instalação ou modificação dos estabelecimentos comerciais ocorra em instalações anteriormente afetas ao uso comercial e desde que o pedido não implique alteração de parâmetros urbanísticos, a informação prévia de localização pode ser substituída pelo alvará de licença de construção ou documento comprovativo da admissão da comunicação prévia que admitam aquele fim ou utilização no referido lote ou prédio ou pelo alvará de autorização de utilização para fins comerciais.
4. No caso de estabelecimentos de comércio inseridos em conjuntos comerciais, a informação prévia de localização é substituída pelo alvará de autorização de utilização do conjunto comercial.

#### Artigo 12.º

##### **Entidade competente para a decisão**

A competência para conceder as autorizações de instalação e modificação referidas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 10.º cabe, mediante parecer da entidade coordenadora, ao membro do Governo Regional com competência em matéria de economia.

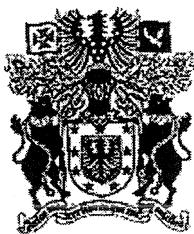
#### Artigo 13.º

##### **Tramitação**

1. Os pedidos de autorização de instalação ou modificação ficam sujeitos à seguinte tramitação:
  - a) Os pedidos de autorização são apresentados à entidade coordenadora mediante requerimento do interessado, adiante designado por requerente, acompanhado dos elementos referidos em portaria dos membros do Governo Regional com competência nas áreas da administração local e da economia, podendo estes ser apresentados em suporte eletrónico;
  - b) O requerente deve fazer prova de qualquer outra posição jurídica que lhe atribua direitos ou interesses legalmente protegidos sobre o local a que se reporta o pedido;



- c) O requerente deve juntar declaração de impacte ambiental favorável e declaração de localização ou alvará de utilização, quando aplicável, nos termos definidos no artigo 11.º;
    - d) Se o requerente considerar que não é aplicável ao seu caso particular a exigência de alguns dos elementos constantes da portaria referida na alínea a), designadamente quando estejam em causa modificações de estabelecimentos de comércio a retalho, mencioná-lo-á, expressamente, no requerimento, justificando a razão de tal entendimento.
2. A verificação dos documentos instrutórios do processo de autorização compete à entidade coordenadora, devendo esta, no prazo de 10 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, devidamente instruído, remeter o processo às seguintes entidades:
  - a) Departamento do Governo Regional com competência em matéria de equipamentos;
  - b) Departamento do Governo Regional com competência em matéria de ambiente;
  - c) Câmara Municipal da área de implantação do projeto.
3. Quando na verificação dos documentos instrutórios do processo se constatar que este não se encontra em conformidade com o disposto no n.º 1 do presente artigo, a entidade coordenadora solicita ao requerente, no prazo de 5 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o envio dos elementos em falta.
4. O processo só se considera devidamente instruído, para os efeitos previstos no presente diploma, na data de receção do último dos elementos solicitados nos termos do número anterior.



Artigo 14.º

**Pareceres**

1. As entidades referidas no n.º 2 do artigo anterior emitem o seu parecer no prazo de 10 dias úteis, a contar da data de receção do processo remetido pela entidade coordenadora.
2. Os departamentos do Governo Regional com competência em matéria de equipamentos, agricultura, ambiente e o Presidente da câmara municipal deverão pronunciar-se, no âmbito das suas competências, nomeadamente, no que diz respeito às seguintes matérias:
  - a) Implantação do estabelecimento sob o ponto de vista ambiental, enquadramento urbanístico e do ordenamento do território;
  - b) Eficiência energética ou utilização de energias renováveis;
  - c) Utilização de materiais recicláveis e ou degradáveis;
  - d) Gestão dos efluentes líquidos e resíduos gerados;
  - e) Valores de ruído;
  - f) Tráfego rodoviário previsto, considerando a capacidade instalada da rede viária, as ligações à rede rodoviária regional, os acessos e equipamentos a instalar;
  - g) Plano de construção de parques de estacionamento;
  - h) Gestão dos subprodutos de origem animal gerados;
  - i) Localização do projeto, considerando a sua conformidade com os instrumentos de gestão territorial em vigor.
3. As entidades mencionadas no número anterior podem solicitar, no decurso dos primeiros 5 dias úteis dos respetivos prazos, esclarecimentos ou informações complementares à entidade coordenadora, considerando-se suspenso o prazo para a emissão dos respetivos pareceres até à remessa, por esta, dos elementos solicitados.





4. Sem prejuízo das suspensões previstas no número anterior, a falta de emissão dos pareceres pedidos no âmbito do presente artigo dentro dos prazos fixados no n.º 1 é considerado como parecer favorável.
5. Os pareceres emitidos pelas entidades mencionadas no n.º 2 do presente artigo são vinculativos para efeitos de decisão final, podendo prever parâmetros de efetivação.

#### Artigo 15.º

##### **Parecer da entidade coordenadora**

1. A entidade coordenadora emite o seu parecer no prazo máximo de 10 dias úteis a contar da data da receção dos pareceres referidos no artigo anterior.
2. A entidade coordenadora pode solicitar, no decurso dos primeiros 5 dias úteis, após a receção do processo devidamente instruído, esclarecimentos ou informações complementares ao requerente, considerando-se suspenso o prazo para emissão do respetivo parecer até à remessa, por este, dos elementos solicitados.
3. O parecer da entidade coordenadora integrará o parecer de todas as entidades envolvidas.
4. A falta de envio, por parte do requerente, de elementos ou informações complementares solicitados pela entidade coordenadora no prazo de 6 meses, contado a partir da receção do pedido, implica o cancelamento do mesmo e a respetiva devolução do processo ao requerente.

#### Artigo 16.º

##### **Decisão**

1. A entidade competente decide no prazo de 10 dias úteis, a contar da receção do parecer a que se refere o artigo anterior.
2. A decisão tomada pela entidade competente pode ser acompanhada da imposição de condições e obrigações destinadas a garantir o cumprimento de



compromissos assumidos pelo requerente e que tenham constituído pressupostos da autorização.

3. A entidade coordenadora notifica o requerente da decisão tomada, com a devida fundamentação.

#### Artigo 17.º

##### **Caducidade de autorização**

1. A autorização concedida caduca se, no prazo de 3 anos, a contar da data da sua emissão, não se verificar a entrada em funcionamento do estabelecimento comercial.
2. O prazo referido no número anterior pode ser prorrogado, até ao máximo de 1 ano, mediante requerimento fundamentado do interessado dirigido ao membro do Governo Regional com competência em matéria de economia, com uma antecedência mínima de 30 dias úteis sobre a data de caducidade da autorização.

#### Artigo 18.º

##### **Alterações posteriores à decisão de autorização**

1. As alterações que o requerente pretenda introduzir no processo entre a data de emissão da autorização e a entrada em funcionamento, suscetíveis de alterar os pressupostos em que aquela se baseou, e que digam respeito, nomeadamente, ao aumento da área de venda, alteração da tipologia ou da entidade exploradora que não ocorra dentro do mesmo grupo, são obrigatoriamente comunicadas à entidade coordenadora para efeitos de reapreciação, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 10.º.
2. No prazo de 5 dias úteis, contado da data da sua receção, a entidade coordenadora remete o pedido de alteração às entidades que intervieram no processo de autorização, para efeitos de apreciação.
3. As entidades a que se refere o número anterior elaboram parecer no prazo de 10 dias úteis, contado da data da receção do pedido.



4. A entidade coordenadora emite a decisão no prazo máximo de 10 dias úteis, contado da data da receção do último dos pareceres referidos no número anterior.
5. A falta de emissão dos pareceres e da decisão referidos nos números 3 e 4, faz presumir o deferimento do pedido.

## SECÇÃO II

### **Funcionamento**

#### Artigo 19.º

##### **Vistoria**

1. O requerente deve requerer vistoria à entidade coordenadora, até 30 dias úteis antes da abertura do estabelecimento, acompanhado de cópia do projeto aprovado pela câmara municipal da área de implantação do empreendimento.
2. A entidade coordenadora solicita a participação na vistoria das entidades consultadas, e outras que entenda por conveniente, com o objetivo de verificar se foram cumpridos os requisitos que fundamentaram a autorização de instalação ou de modificação da unidade comercial.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade coordenadora informará as entidades da data da vistoria.
4. Será lavrado o auto de vistoria pela entidade coordenadora, o qual será notificado, no prazo de 5 úteis a contar do dia da sua realização, a todos os intervenientes e ao requerente.

#### Artigo 20.º

##### **Funcionamento**

1. O estabelecimento não poderá continuar em funcionamento se, em sede de vistoria, se constatar o incumprimento dos requisitos que fundamentaram a autorização de instalação ou de modificação, sem prejuízo do número seguinte.



2. O estabelecimento poderá continuar em funcionamento, de forma condicionada, se o resultado da vistoria determinar a imposição de condições e obrigações, a cumprir pelo requerente, em prazo a estabelecer pela entidade coordenadora.
3. Para efeitos do número anterior, a entidade coordenadora notificará o requerente do resultado da vistoria nos termos previstos no número 4 do artigo anterior.

#### Artigo 21.º

##### **Pedidos de informação**

A entidade coordenadora pode solicitar informações a quaisquer entidades públicas e ou privadas, fixando, para o efeito, um prazo até 10 dias úteis.

### CAPÍTULO IV

#### **Procedimentos, títulos e outros pedidos, comunicações, notificações e registos**

#### SECÇÃO I

##### **Tramitação eletrónica**

#### Artigo 22.º

##### **Balcão único eletrónico**

É criado um Balcão Único Eletrónico, nos termos a definir por portaria dos membros do Governo Regional com competências em matérias da administração local e da economia, para efeitos de realização da tramitação eletrónica dos procedimentos previstos nos Capítulos II e III, bem como outros atos e formalidades conexos com o exercício das respetivas atividades.

#### Artigo 23.º

##### **Procedimentos das comunicações prévias com prazo**

1. As comunicações prévias com prazo só se consideram entregues quando estiverem acompanhadas de todos os elementos considerados obrigatórios e identificados em



- portaria dos membros do Governo Regional com competências em matérias da administração local e da economia.
2. O Presidente da câmara municipal territorialmente competente analisa a comunicação prévia com prazo e a sua conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor, comunicando ao requerente:
    - a) O despacho de deferimento;
    - b) O despacho de indeferimento, o qual contém a identificação das desconformidades do pedido com as disposições legais e regulamentares aplicáveis e cujo cumprimento não é dispensado.
  3. Da emissão de despacho de deferimento, será devido pagamento de taxas a cobrar pela respetiva câmara municipal.

#### Artigo 24.º

#### **Títulos**

O comprovativo de entrega no balcão único eletrónico das meras comunicações prévias e das comunicações prévias com prazo previstas no presente diploma, são prova suficiente do cumprimento dessas obrigações para todos os efeitos.

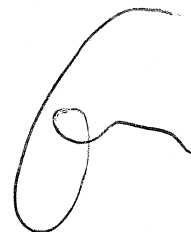
#### SECÇÃO II

#### **Organização da informação e proteção de dados**

#### Artigo 25.º

#### **Entidade competente para a organização e manutenção dos registos sectoriais de comércio e serviços**

1. O departamento do Governo Regional com competência em matéria de economia organiza e mantém atualizada a informação relativa aos estabelecimentos de restauração ou de bebidas, de comércio de bens ou de prestação de serviços e de armazenagem.



3. O titular da informação tem o direito de, a todo o tempo, verificar os seus dados pessoais e solicitar a sua retificação quando os mesmos estejam incompletos ou inexatos.

Artigo 27.º

**Segurança da informação**

O departamento do Governo Regional com competência em matéria de economia e demais entidades responsáveis pelo tratamento dos dados mencionados no presente capítulo adotam as medidas técnicas e organizativas adequadas para os proteger contra a destruição accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, nos termos da lei de proteção de dados pessoais.

Artigo 28.º

**Conservação dos dados**

1. Os dados constantes das comunicações reguladas no presente diploma são conservados enquanto se mantiver o exercício da atividade, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. Após a cessação da atividade, os dados são conservados durante o prazo previsto nos regulamentos arquivísticos das respetivas entidades competentes.

CAPÍTULO V

**Fiscalização e regime sancionatório**

Artigo 29.º

**Fiscalização**

A fiscalização do cumprimento das regras estabelecidas no presente capítulo compete à Inspeção Regional das Atividades Económicas (IRAE), sem prejuízo das competências das demais entidades previstas nos termos da lei.



Artigo 30.º

**Regime sancionatório**

1. Sem prejuízo da punição pela prática de crime de falsas declarações e do disposto noutras disposições legais, constituem contraordenação:
  - a) A emissão de uma declaração a atestar o cumprimento das obrigações legais e regulamentares, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 3 do artigo 5.º, que não corresponda à verdade, punível com coima de € 500 a € 3 500, tratando -se de uma pessoa singular, ou de € 1 500 a € 25 000, no caso de se tratar de uma pessoa coletiva;
  - b) A não realização das comunicações prévias previstas nos artigos 5.º, 6.º e n.º 3 do artigo 10.º, punível com coima de € 350 a € 2 500, tratando-se de uma pessoa singular, ou de € 1 000 a € 7 500, no caso de se tratar de uma pessoa coletiva;
  - c) A falta, não suprida em 10 dias, após notificação eletrónica, de algum elemento essencial das meras comunicações prévias previstas nos artigos 5.º, 6.º e n.º 3 do artigo 10.º, punível com coima de € 200 a € 1 000, tratando-se de uma pessoa singular, ou de € 500 a € 2 500, no caso de se tratar de uma pessoa coletiva;
  - d) A não atualização dos dados e a falta da comunicação de encerramento do estabelecimento previstas nos n.ºs 4 e 6 do artigo 5.º, punível com coima de € 150 a € 750, tratando -se de uma pessoa singular, ou de € 400 a € 2 000, no caso de se tratar de uma pessoa coletiva;
  - e) O cumprimento fora do prazo do disposto nos n.ºs 4 a 6 do artigo 5.º e n.º 3 do artigo 10.º, punível com coima de € 50 a € 250, tratando-se de uma pessoa singular, ou de € 200 a € 1 000, no caso de se tratar de uma pessoa coletiva;
  - f) O incumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 9.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 10.º e o incumprimento das condições e obrigações referidas no n.º 2 do artigo 16.º, punível com coima de € 2 000 a € 5 000, tratando-se de uma pessoa singular, ou de € 5 000 a € 60 000, no caso de se tratar de uma pessoa coletiva;
  - g) O incumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 18.º, e no n.º 1 do artigo 19.º, punível com coima de € 1 000 a € 3 500, tratando-se de uma pessoa singular, ou de € 3 500 a € 30 000, no caso de se tratar de uma pessoa coletiva.



2. A negligência é sempre punível nos termos gerais.
3. A instrução dos processos e a aplicação das respetivas coimas e sanções acessórias, compete à IRAE e ao respetivo dirigente máximo.

Artigo 31.º

**Produto das coimas**

O produto das coimas aplicadas nos processos de contraordenação reverte para a Região Autónoma dos Açores.

Artigo 32.º

**Sanções acessórias**

1. Em função da gravidade da infração e da culpa do agente, simultaneamente com a coima, podem ser aplicadas as sanções acessórias de encerramento de estabelecimento e de interdição do exercício de atividade, com os seguintes pressupostos de aplicação:
  - a) A interdição do exercício de atividade apenas pode ser decretada se o agente praticar a contraordenação com flagrante e grave abuso da função que exerce ou com manifesta e grave violação dos deveres que lhe são inerentes;
  - b) O encerramento do estabelecimento apenas pode ser decretado quando a contraordenação tenha tido por causa o funcionamento do estabelecimento.
2. A duração da interdição do exercício de atividade e do encerramento do estabelecimento não pode exceder o período de 2 anos.

CAPÍTULO VI

**Disposições finais e transitórias**

Artigo 33.º

**Norma transitória**

1. O Balcão Único Eletrónico previsto no artigo 22.º deve estar disponível no prazo de 90 dias a contar da data de entrada em vigor do presente diploma.
2. Até à disponibilização do Balcão Único Eletrónico o cumprimento das obrigações previstas no presente diploma realiza-se através do preenchimento de um modelo de impresso a





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

aprovar por portaria conjunta dos membros do Governo Regional com competência em matéria de administração local e de economia, mediante formulário eletrónico a disponibilizar no Portal do Governo Regional.

3. A portaria a que se refere o número anterior deverá ser publicada no prazo de 30 dias a contar da publicação do presente diploma.

Artigo 34.º

**Norma revogatória**

São revogados:

- a) O Decreto Legislativo Regional n.º 19/93/A, de 18 de dezembro;
- b) O Decreto Legislativo Regional n.º 26/2007/A, de 7 de dezembro;
- c) O Decreto Regulamentar Regional n.º 13/83/A, de 21 de abril.

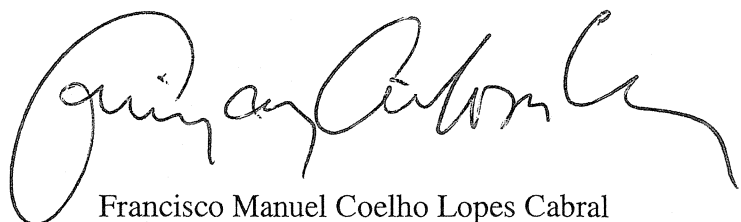
Artigo 35.º

**Entrada em vigor**

O presente diploma entra em vigor na data da publicação da portaria a que se refere o n.º 3 do artigo 33.º.

Aprovado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 5 de julho de 2012.

O Presidente da Assembleia Legislativa da  
Região Autónoma dos Açores



Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral



ANEXO I

(a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º)

**Listas de CAE (Rev. 3)**

Lista A

**Estabelecimentos de comércio**

**Comércio de veículos automóveis, motociclos, suas peças e acessórios – Secção G, divisão 45, subclasses**

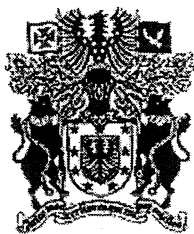
- 45110 Comércio de veículos automóveis ligeiros.
- 45190 Comércio de outros veículos automóveis.
- 45310 Comércio por grosso de peças e acessórios para veículos automóveis.
- 45320 Comércio a retalho de peças e acessórios para veículos automóveis.
- 45401 Comércio por grosso e a retalho de motociclos, de suas peças e acessórios.

**Comércio por grosso, - Secção G, divisão 46, subclasses**

- 46211 Comércio por grosso de alimentos para animais.
- 46212 Comércio por grosso de tabaco em bruto.
- 46213 Comércio por grosso de cortiça em bruto.
- 46214 Comércio por grosso de cereais, sementes, leguminosas, oleaginosas e outras matérias - primas agrícolas.
- 46220 Comércio por grosso de flores e plantas.
- 46230 Comércio por grosso de animais vivos.
- 46240 Comércio por grosso de peles e couro.
- 46311 Comércio por grosso de fruta e de produtos hortícolas, exceto batata.
- 46312 Comércio por grosso de batata.
- 46320 Comércio por grosso de carne e produtos à base de carne.
- 46331 Comércio por grosso de leite, seus derivados e ovos.
- 46332 Comércio por grosso de azeite, óleos e gorduras alimentares.
- 46341 Comércio por grosso de bebidas alcoólicas.



- 46342 Comércio por grosso de bebidas não alcoólicas.
- 46350 Comércio por grosso de tabaco.
- 46361 Comércio por grosso de açúcar.
- 46362 Comércio por grosso de chocolate e de produtos de confeitaria.
- 46370 Comércio por grosso de café, chá, cacau e especiarias.
- 46381 Comércio por grosso de peixe, crustáceos e moluscos.
- 46382 Comércio por grosso de outros produtos alimentares, n. e.
- 46390 Comércio por grosso não especializado de produtos alimentares, de bebidas e tabaco.
- 46410 Comércio por grosso de têxteis.
- 46421 Comércio por grosso de vestuário e de acessórios.
- 46422 Comércio por grosso de calçado.
- 46430 Comércio por grosso de eletrodomésticos, aparelhos de rádio e de televisão.
- 46441 Comércio por grosso de louças em cerâmica e em vidro.
- 46442 Comércio por grosso de produtos de limpeza.
- 46450 Comércio por grosso de perfumes e de produtos de higiene.
- 46460 Comércio por grosso de produtos farmacêuticos.
- 46470 Comércio por grosso de móveis para uso doméstico, carpetes, tapetes e artigos de iluminação.
- 46480 Comércio por grosso de relógios e de artigos de ourivesaria e joalheria.
- 46491 Comércio por grosso de artigos de papelaria.
- 46492 Comércio por grosso de livros, revistas e jornais.
- 46493 Comércio por grosso de brinquedos, jogos e artigos de desporto.
- 46494 Outro comércio por grosso de bens de consumo, n. e.
- 46510 Comércio por grosso de computadores, equipamentos periféricos e programas informáticos.
- 46520 Comércio por grosso de equipamentos eletrónicos, de telecomunicações e suas partes.
- 46610 Comércio por grosso de máquinas e equipamentos agrícolas.



- 46620 Comércio por grosso de máquinas -ferramentas.
- 46630 Comércio por grosso de máquinas para a indústria extrativa, construção e engenharia civil.
- 46640 Comércio por grosso de máquinas para a indústria têxtil, máquinas de costura e de tricotar.
- 46650 Comércio por grosso de mobiliário de escritório.
- 46660 Comércio por grosso de outras máquinas e material de escritório.
- 46690 Comércio por grosso de outras máquinas e equipamentos.
- 46731 Comércio por grosso de madeira em bruto e de produtos derivados.
- 46732 Comércio por grosso de materiais de construção (exceto madeira) e equipamento sanitário.
- 46740 Comércio por grosso de ferragens, ferramentas manuais e artigos para canalizações e aquecimento.
- 46750 Comércio por grosso de produtos químicos.
- 46761 Comércio por grosso de fibras têxteis naturais, artificiais e sintéticas.
- 46762 Comércio por grosso de outros bens intermédios, n. e.
- 46771 Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos.
- 46772 Comércio por grosso de desperdícios têxteis, de cartão e papéis velhos.
- 46773 Comércio por grosso de desperdícios de materiais, n. e.
- 46900 Comércio por grosso não especializado.

**Comércio a retalho – Secção G – divisão 47, subclasses**

- 47111 Comércio a retalho em supermercados e hipermercados.
- 47112 Comércio a retalho em outros estabelecimentos não especializados, com predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco.
- 47191 Comércio a retalho não especializado, sem predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco, em grandes armazéns e similares.
- 47192 Comércio a retalho em outros estabelecimentos não especializados, sem predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco.
- 47210 Comércio a retalho de frutas e produtos hortícolas, em estabelecimentos especializados.



- 47220 Comércio a retalho de carne e produtos à base de carne, em estabelecimentos especializados.
- 47230 Comércio a retalho de peixe, crustáceos e moluscos, em estabelecimentos especializados.
- 47240 Comércio a retalho de pão, de produtos de pastelaria e de confeitaria, em estabelecimentos especializados.
- 47250 Comércio a retalho de bebidas, em estabelecimentos especializados.
- 47260 Comércio a retalho de tabaco, em estabelecimentos especializados.
- 47291 Comércio a retalho de leite e de derivados, em estabelecimentos especializados.
- 47292 Comércio a retalho de produtos alimentares, naturais e dietéticos, em estabelecimentos especializados.
- 47293 Outro comércio a retalho de produtos alimentares, em estabelecimentos especializados, n. e.
- 47300 Comércio a retalho de combustível para veículos a motor, em estabelecimentos especializados.
- 47410 Comércio a retalho de computadores, unidades periféricas e programas informáticos, em estabelecimentos especializados.
- 47420 Comércio a retalho de equipamento de telecomunicações, em estabelecimentos especializados.
- 47430 Comércio a retalho de equipamento audiovisual, em estabelecimentos especializados.
- 47510 Comércio a retalho de têxteis, em estabelecimentos especializados.
- 47521 Comércio a retalho de ferragens e de vidro plano, em estabelecimentos especializados.
- 47522 Comércio a retalho de tintas, vernizes e produtos similares, em estabelecimentos especializados.
- 47523 Comércio a retalho de material de *bricolage*, equipamento sanitário, ladrilhos e materiais similares, em estabelecimentos especializados.
- 47530 Comércio a retalho de carpetes, tapetes, cortinados e revestimentos para paredes e pavimentos, em estabelecimentos especializados.
- 47540 Comércio a retalho de eletrodomésticos, em estabelecimentos especializados.
- 47591 Comércio a retalho de mobiliário e artigos de iluminação, em estabelecimentos especializados.



- 47592 Comércio a retalho de louças, cutelaria e de outros artigos similares para uso doméstico, em estabelecimentos especializados.
- 47593 Comércio a retalho de outros artigos para o lar, n. e., em estabelecimentos especializados.
- 47610 Comércio a retalho de livros, em estabelecimentos especializados.
- 47620 Comércio a retalho de jornais, revistas e artigos de papelaria, em estabelecimentos especializados
- 47630 Comércio a retalho de discos, CD, DVD, cassetes e similares, em estabelecimentos especializados.
- 47640 Comércio a retalho de artigos de desporto, de campismo e lazer, em estabelecimentos especializados.
- 47650 Comércio a retalho de jogos e brinquedos, em estabelecimentos especializados.
- 47711 Comércio a retalho de vestuário para adultos, em estabelecimentos especializados.
- 47712 Comércio a retalho de vestuário para bebés e crianças, em estabelecimentos especializados.
- 47721 Comércio a retalho de calçado, em estabelecimentos especializados.
- 47722 Comércio a retalho de marroquinaria e artigos de viagem, em estabelecimentos especializados.
- 47730 Comércio a retalho de produtos farmacêuticos, em estabelecimentos especializados.
- 47740 Comércio a retalho de produtos médicos e ortopédicos, em estabelecimentos especializados.
- 47750 Comércio a retalho de produtos cosméticos e de higiene, em estabelecimentos especializados.
- 47761 Comércio a retalho de flores, plantas e sementes em estabelecimentos especializados.
- 47762 Comércio a retalho de animais de companhia e respetivos alimentos, em estabelecimentos especializados.
- 47770 Comércio a retalho de relógios e de artigos de ourivesaria e joalheria, em estabelecimentos especializados.
- 47781 Comércio a retalho de máquinas e de outro material de escritório, em estabelecimentos especializados.
- 47782 Comércio a retalho de material ótico, fotográfico, cinematográfico e de instrumentos de precisão, em estabelecimentos especializados.



- 47783 Comércio a retalho de combustíveis para uso doméstico, em estabelecimentos especializados.
- 47784 Comércio a retalho de outros produtos novos, em estabelecimentos especializados, n. e.
- 47790 Comércio a retalho de artigos em segunda mão, em estabelecimentos especializados.
- 47810 Comércio a retalho em bancas de mercados municipais de produtos alimentares e de bebidas (CAE parcial).
- 47820 Comércio a retalho em bancas de mercados municipais de têxteis, vestuário, calçado, malas e similares (CAE parcial).
- 47890 Comércio a retalho em bancas de mercados municipais de outros produtos (CAE parcial).
- 47910 Comércio a retalho por correspondência ou via Internet.
- 47990 Comércio a retalho por outros métodos, não efetuado em estabelecimentos, bancas, feiras ou unidades móveis de venda.

Lista B

**Estabelecimentos de restauração ou de bebidas**

- 5610 Restaurantes (inclui atividades de restauração em meios móveis).
- 5630 Estabelecimentos de bebidas.

Lista C

**Estabelecimentos de prestação de serviços**

- 45200 Oficinas de manutenção e reparação de veículos automóveis.
- 45402 Oficinas de manutenção e reparação de motociclos e de ciclomotores.
- 95110 Reparação de computadores e de equipamento periférico.
- 95120 Reparação de equipamentos de comunicação.
- 95210 Reparação de televisores e de outros bens de consumo similares.
- 95220 Reparação de eletrodomésticos e de outros equipamentos de uso doméstico e para jardim.
- 95230 Reparação de calçado e de artigos de couro.
- 95240 Reparação de mobiliário e similares de uso doméstico.
- 95250 Reparação de relógios e de artigos de joalheria.



ANEXO II

Lista A

**Operações industriais realizadas em estabelecimentos comerciais especializados ou em  
secções acessórias de estabelecimentos comerciais**

(a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º)

**Secção C, divisão 10, Subclasses,**

- 10130 Fabricação de produtos à base de carne.
- 10201 Preparação de produtos da pesca e da aquicultura.
- 10203 Conservação de produtos da pesca.
- 10320 Fabricação de sumos de frutos e de produtos hortícolas.
- 10520 Fabricação de gelados e sorvetes.
- 10711 Panificação.
- 10712 Pastelaria.
- 10720 Fabricação de bolachas, biscoitos, tostas e pastelaria de conservação.
- 10393 Fabricação de doces, compotas, geleias e marmeladas.
- 10395 Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas por outros processos.

**Secção D, divisão 35, Subclasses,**

- 35302 Produção de gelo.





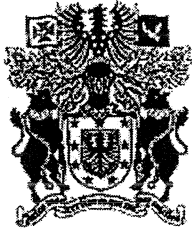
Lista B

**Estabelecimentos de restauração ou de bebidas que disponham de instalações destinadas ao fabrico próprio de pastelaria, panificação, gelados e atividades industriais similares ou que vendam produtos alimentares**

(a que se refere a alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º)

**Secção C, divisão 10, Subclasses**

- 10130 Fabricação de produtos à base de carne.
- 10201 Preparação de produtos da pesca e da aquicultura.
- 10202 Congelação de produtos da pesca e da aquicultura.
- 10203 Conservação de produtos da pesca e da aquicultura em azeite e outros óleos vegetais e outros molhos.
- 10204 Salga, secagem e outras atividades de transformação de produtos da pesca e aquicultura.
- 10310 Preparação e conservação de batatas.
- 10320 Fabricação de sumos de frutos e de produtos hortícolas.
- 10391 Congelação de frutos e de produtos hortícolas.
- 10392 Secagem e desidratação de frutos e de produtos hortícolas.
- 10393 Fabricação de doces, compotas, geleias e marmelada.
- 10394 Descasque e transformação de frutos de casca rija comestíveis.
- 10395 Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas por outros processos.
- 10411 Produção de óleos e gorduras animais brutos.
- 10412 Produção de azeite.
- 10413 Produção de óleos vegeta brutos (exceto azeite).
- 10414 Refinação de azeite, óleos e gorduras.
- 10420 Fabricação de margarinas e de gorduras alimentares similares.
- 10510 Indústrias do leite e derivados.
- 10520 Fabricação de gelados e sorvetes.



- 10611 Moagem de cereais.
- 10612 Descasque, branqueamento e outros tratamentos do arroz.
- 10613 Transformação de cereais e leguminosas, n. e.
- 10620 Fabricação de amidos, féculas e produtos afins.
- 10711 Panificação.
- 10712 Pastelaria.
- 10720 Fabricação de bolachas, biscoitos, tostas e pastelaria de conservação.
- 10730 Fabricação de massas alimentícias, cuscuz e similares.
- 10810 Indústria do açúcar.
- 10821 Fabricação de cacau e de chocolate.
- 10822 Fabricação de produtos de confeitaria.
- 10830 Indústria do café e do chá.
- 10840 Fabricação de condimentos e temperos.
- 10850 Fabricação de refeições e pratos pré-cozinhados.
- 10860 Fabricação de alimentos homogeneizados e dietéticos.
- 10891 Fabricação de fermentos, leveduras e adjuvantes para panificação e pastelaria.
- 10892 Fabricação de caldos, sopas e sobremesas.
- 10893 Fabricação de outros produtos alimentares diversos, n. e.

**Secção D, divisão 35, Subclasses,**

- 35302 Produção de gelo.

**Secção I, divisão 56, Subclasses,**

- 56210 Fornecimento de refeições para eventos (apenas quando o local de preparação das refeições não é o local onde decorrem os eventos).
- 56290 Outras atividades de serviço de refeições (apenas atividade de preparação de refeições para fornecimento e consumo em local distinto do local de preparação)



ANEXO III

(a que se refere a alínea f) do n.º 3 do artigo 5.º)

**Requisitos que devem observar as instalações e equipamentos dos estabelecimentos comerciais, de prestação de serviços e armazéns para o seu funcionamento**

1. Requisitos a observar em todos os estabelecimentos:
  - a) Regulamento Geral de Higiene e Segurança do Trabalho nos Estabelecimentos Comerciais, de Escritórios e Serviços — Decreto-Lei n.º 243/86, de 20 de agosto, aplicado à Região Autónoma dos Açores, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 10/92/A, de 1 de abril;
  - b) Regime jurídico da segurança contra incêndios — Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro e Decretos Legislativos Regionais n.ºs 25/92/A, de 27 de outubro, 7/94/A, de 26 de março e 13/94/A, de 14 de Maio;
  - c) Regulamento Geral do Ruído em Edifícios — Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de junho;
  - d) Regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade:  
Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de Abril;  
Decreto Legislativo Regional n.º 20/2006/A, de 6 de junho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2007/A, de 10 de abril;
  - e) Regime Geral da Gestão de Resíduos — Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro e Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 1 de junho;
  - f) Portaria n.º 987/93, de 6 de outubro, que regulamenta o Decreto-Lei n.º 347/93, de 1 de outubro.
2. Requisitos a observar em estabelecimentos de comércio de produtos alimentares:
  - a) Higiene dos géneros alimentícios e comercialização de determinados produtos de origem animal destinados ao consumo humano:  
Regulamento (CE) n.º 178/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro;



a) Medidas de prevenção da poluição atmosférica:

Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/A, de 13 de julho, que aprova o regime jurídico da qualidade do ar e da proteção da atmosfera;

b) Estabelecimentos onde estejam presentes substâncias perigosas:

Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro;

c) Acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público — Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto.